

Ocupação e estrutura fundiária em Macacu e Guapiaçu: a família Muros no século XVII¹

Marcia Amantino²

Vinicius Maia Cardoso³

Resumo

O texto pretende analisar o processo de ocupação da região de Cachoeiras de Macacu, mais especificamente, a localidade de Guapiaçu durante o século XVII. Para isso, segue a trajetória da família Muros, uma de suas mais relevantes em termos social, político e econômico e que mantinha ligações familiares em outros núcleos regionais na capitania do Rio de Janeiro e fora dela. Para perscrutar esta família, buscou-se, em variadas documentações, a utilização do método onomástico, permitindo a identificação de sua permanência nas estruturas de poder na região, bem como suas estratégias para se inserir e se manter na elite da sociedade local e regional do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Guapiaçu, família Muros, trajetórias, ocupação

Abstract

The text intends to analyze the process of occupation of the Region of Cachoeiras de Macacu, more specifically, the locality of Guapiaçu during the seventeenth century. For this, it follows the trajectory of the Muros family, one of its most relevant in social, political and economic terms and that maintained family connections in other regional centers in the captaincy of Rio de Janeiro and outside it. To search this family, we sought, in various documentation, the use of the onomastic method, allowing the identification of its permanence in the power structures in the region, as well as its strategies to insert itself and remain in the elite of local and regional society of Rio de Janeiro.

Keywords: Guapiaçu, Muros family, trajectory, occupation

187

¹ Este artigo é resultado de um projeto de pesquisa maior intitulado “Projeto Fazenda do Carmo: memória, história, e patrimônio”, envolvendo alguns docentes e discentes do PPGH-UNIVERSO e a ONG Régua (Reserva Ecológica do Guapiaçu).

² Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira e Professora da graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. marciaamantino@gmail.com

³ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira. maia-vinicius@hotmail.com

Introdução

Este texto tem a intenção de, em um primeiro momento, indicar, ainda que de forma resumida, o processo de ocupação de Macacu, na capitania do Rio de Janeiro, ao longo do século XVII, para depois, dar início a um exercício que busca entender como uma determinada família e suas relações podem ser compreendidas no interior de um processo maior de formação de parte da estrutura fundiária da região. Trata-se da família Muros, estabelecida principalmente no vale do rio Guapiaçu, que junto com o rio Macacu são os mais importantes daquele espaço geográfico. Busca-se entender as diversas formas encontradas pelos membros desta família para participar da vida social, política e econômica da área onde viviam e da cidade do Rio de Janeiro. Dito de outra forma tenta-se entender como uma família e seus membros, estabelecidos em uma dada região geográfica, com suas especificidades e com suas redes sociais, pode servir para auxiliar na compreensão de um passado colonial mais amplo.⁴ Outrossim, pode-se demonstrar que tais redes eram realizadas em consonância com membros e interesses de moradores de outras localidades na capitania e mesmo fora dela e que as trajetórias de vida e de ascensão social escolhidas pelos membros desta família podem ser estendidas a outras nas mesmas situações e época.⁵

Tentando acompanhar essa família no tempo, optou-se pela utilização do método onomástico. Assim, informações acerca deles e de seus cônjuges, provenientes de outros núcleos familiares, foram buscadas em variados tipos de arquivos e fontes⁶, visando não apenas reconstruir a trajetória desta família, mas também e, principalmente, entender como ela se situava na estrutura social da capitania do Rio de Janeiro ao longo do século XVII. Assim, segundo Carlo Ginzburg (1991, p. 174), “o fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome”.

188

A ocupação no vale do rio Macacu

No intuito de analisar o processo da conquista, ocupação e colonização na região fluminense, que teve início com a chegada das primeiras famílias ao recôncavo da baía da Guanabara na segunda metade do século XVI, João Fragoso demarcou três recortes temporais distintos na constituição da elite colonial: de 1565 a 1600, famílias

4 As concepções apresentadas neste texto estão em consonância com as ideias de que se tratava de uma sociedade de Antigo Regime e, que portanto, a família Muros, por ser uma representante da elite regional, tinha em seu horizonte político, os ideais de nobilitação, mando e exercício de poder (HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. A representação da sociedade e do poder. *In.*: HESPANHA, António Manuel. (Coord.) História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 4, 1993; FRAGOSO, João. O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001)..

5 É importante destacar que a região de Cachoeiras de Macacu ainda prescinde de uma historiografia sólida sobre seu período colonial. Portanto, os dados apresentados neste texto são uma tentativa de começar a “montar um quebra-cabeças” sobre a localidade, contando ainda com o problema da escassez de fontes para os séculos XVII e XVIII.

6 A lista total e arquivos e fontes utilizadas para rastrear a família Muros está listada ao final do capítulo.

conquistadoras; de 1601 a 1620, primeiros povoadores e de 1621 a 1700, senhores de engenho (FRAGOSO, 2001, p.33).

Aplicando esta classificação, pode-se explicar a formação da elite senhorial na região do rio Macacu, como sendo uma continuidade do processo de conquista do recôncavo da baía da Guanabara, ocorrida após a consolidação portuguesa nessa região, que teve como marco a fundação da cidade do Rio de Janeiro, em 1565. Após essa conquista, tem início, ainda que tímida, a penetração rumo ao interior da capitania, nas regiões de sertão, em direção às vertentes da serra dos Órgãos. Essa penetração para o interior se caracterizou pela busca pelos conquistadores e povoadores de acesso ao principal fator de produção existente naquela sociedade: a terra. As primeiras que foram doadas na região do rio Macacu, ou seja, no *hinterland* do recôncavo da Baía da Guanabara, o foram já em 1567, através de sesmarias concedidas a Cristóvão de Barros e Miguel de Moura.

O fidalgo português Miguel de Moura, residindo em Portugal foi recebedor de uma grande sesmaria em Macacu, solicitada ao governador-geral Mem de Sá por intermédio de um pedido do então governador do Rio de Janeiro Cristóvão de Barros. Segundo Serrão, *a mais vasta doação de terras que até então se fizera no Rio de Janeiro* (SERRÃO, 1965, p. 132). Possuía, a partir da barra do rio Macacu, a extensão de quatro léguas de comprimento por três de largura, com esse rio correndo ao meio.

Apesar de ser recebedor desta enorme sesmaria, Miguel de Moura nunca efetivou sua posse e exploração. Conforme as Ordenações Manuelinas⁷, Moura estava obrigado a aproveitá-las num prazo de três anos. Findo este prazo as terras seriam dadas como devolutas. Certamente ciente desta norma e, antes que tal situação ocorresse, no final do prazo legal, Miguel de Moura fez doação da sua sesmaria de Macacu à Companhia de Jesus, em 17 de dezembro de 1571. Foi nesta região que, anos depois, os padres jesuítas erigiram o aldeamento de São Barnabé e, em terras adquiridas numa permuta com Cristóvão de Barros, anexas à sesmaria de Macacu, a fazenda de Nossa Senhora da Conceição da Papucaia.

189

As doações de terras no rio Macacu

Por meio de uma relação de recebedores de sesmarias no recôncavo da Guanabara compilada pelo padre José Pizarro de Souza Azevedo e Araújo, foi possível elaborar uma listagem, de 1565 a 1700, dos que receberam terras na região dos rios Macacu e Guapiaçu (AZEVEDO E ARAÚJO, 1901, pp. 93-153). Com os dados montou-se o seguinte quadro:

⁷ Ordenações Manuelinas, Livro IV, Título 67, Das Sesmarias. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/l4p164.htm>> Acesso em: 13 abr. 2008.

Sesmarias concedidas nos rios Macacu e Guapiaçu (Séc. XVI e XVII)		
1555 a 1600	1601 a 1620	1621 a 1700
Cristóvão de Barros, Miguel de Moura, Jerônimo Fernandes, Alexandre Dias, Gonçalo de Aguiar, Diogo Ferreira, Antonio Fernandes.	Francisco Alves (o Moço), Antonio Fernandes Góis, Lázaro Fernandes, padre Antonio Pinto, Balthasar de Seixas Rabelo, Jorge de Souza, João Danhaja, Pedro da Silva, Sebastião Gonçalves, Pedro de Azevedo, João Nunes Monrroi, Antonio Soares Louzada, Francisco de Pina, Gonçalo de Pina, Francisco Viegas, Antonio Andrade, Antonio Soares, Manoel Quinteiro, Jerônimo Vieira, Ambrosio de Paiva, Alexandre Lopes, Pedro Bentes de Souza.	Domingos da Silva, Pedro Bentes, Vicente Bentes, Miguel Bentes, Leonor Bentes, João Gomes Sardinha (o Moço), Braz Sardinha, Paschoal Sardinha, Gaspar Sardinha, João Fernandes Fontes, Gonçalo Fernandes, Gaspar de Magalhães (o Moço), Miguel Carvalho, João Gomes Sardinha, Manoel Fernandes dos Ouros, Magdalena André, Constantino de Paiva e outros, Capitão Gonçalo de Muros, Domingos de Muros , Capitão Manoel de Aguila Elqueta e outros, Assenço Vaz Tenreiro, Gabriel da Rocha Ferreira, Francisco João, Gabriel da Rocha Silva, Manoel de Coimbra, Antonio Gonçalo Meira, Gabriel da Rocha Freire e outros, Ignácio Correia de Magalhães.

Fonte: AZEVEDO E ARAÚJO, 1901, pp. 93-153

No Quadro 1, para os três recortes temporais, onde se aplicou a periodização proposta por João Fragoso, ou seja, conquistadores, povoadores e senhores de engenho, consideramos o número de recebedores de terras sempre como mínimo por causa de possíveis desaparecimentos das cartas de sesmarias. No período dos “conquistadores”, de 1555 a 1600, temos listados sete recebedores de terras, sem obviamente esquecer o caso já comentado acerca de Miguel de Moura. Estes primeiros ocupantes de sesmarias, sendo os jesuítas os substitutos de Moura, seriam aqueles que iriam ‘abrir as portas’ aos agora vinte e dois “povoadores”, já no recorte temporal de 1621 a 1620, havendo significativo aumento de doações de terras após a ação dos conquistadores. A exemplo, Francisco e Gonçalo de Pina, Francisco Viegas e Antonio Andrade, receberam, em 06 de junho de 1614, nove mil braças, cerca de nove mil e oitocentos mestros de terras no “*Rio Papocaia*,” ou seja, já bem para o interior do recôncavo. O terceiro período, de 1621 a 1700, considerado como sendo o dos “senhores de engenho”, aponta para, pelo menos, vinte e oito recebedores de sesmarias, já que em alguns documentos aparece apenas a informação que a terra havia sido doada a fulano e a “outros”. Seja como for, a ocupação daquele sertão estava em franco processo. Neste período, já aparecem membros da família Muros, com terras bem próximas à serra dos Órgãos, no rio Guapiaçu, como adiante se verá.⁸

Membros dessa poderosa “nobreza da terra,” dona de terras e escravos, estarão presentes, no final do século XVII, como signatários no auto de ereção da primeira vila do recôncavo - Santo Antônio de Sá – fundada por ato do governador da capitania do Rio de

⁸ A partir da chegada destes sesmeiros terá início uma série de disputas pelas terras, mas esse será objeto para um outro projeto em andamento.

Janeiro, Artur de Sá e Menezes, em 05 de agosto de 1697 e estabelecida entre os rios Macacu, que possui seu maior tributário no rio Guapiaçu e o rio Cacerebu.⁹

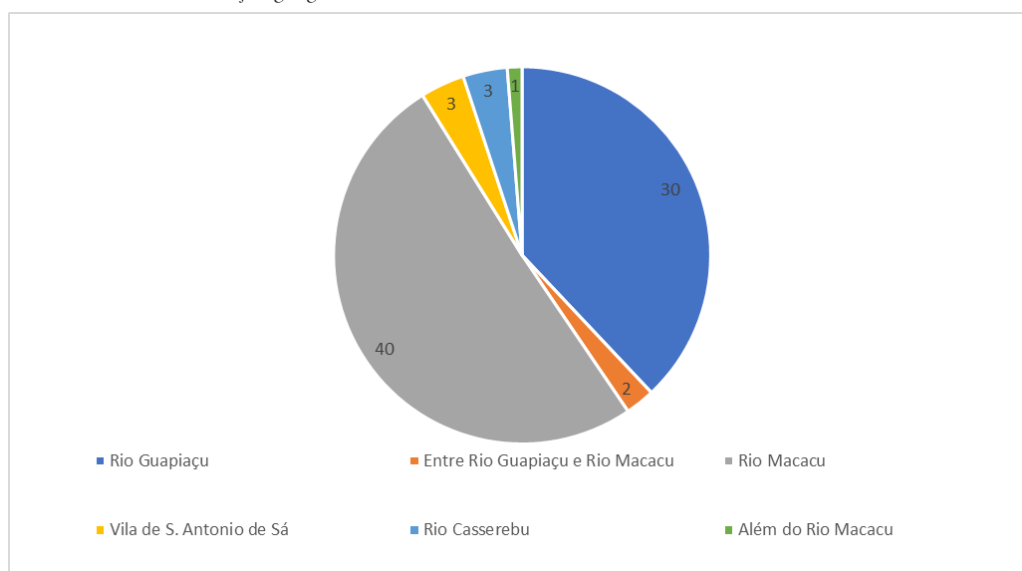
A vila de Santo Antônio de Sá se constituía em um extenso município, abarcando, segundo seu auto de ereção,

Toda a freguesia que é hoje de presente de Casarabu cujo nome se transformou no fausto apelido de Santo Antonio de Sá toda a freguesia e tudo o mais sem limite para o sertão, toda a freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi, toda a freguesia de São João de Itaborahi e Tapacorá e da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Sernambetiba [Guapimirim] se dá a este termo tudo o que fica do Rio de Magé para a dita Vila de Santo Antonio de Sá a e do dito Rio de Magé-guaçu para a parte da freguesia de N. Sra da Piedade fica pertencendo à cidade do Rio de Janeiro...¹⁰

Segundo José Matoso Maia Forte, “estes limites perduraram até que se erigiu em vila a freguesia de N. S. da Piedade de Magé, em 9 de junho de 1789, quando foram modificados” (FORTE, 1984, p. 4).

Ao analisar a distribuição de terras ocorridas entre os séculos XVI e XVIII em toda a região compreendida Macacu, nota-se claramente que existiam dois polos de atração: um ligado ao rio Macacu, com 40 sesmarias e o outro ao rio de Guapiaçu, com 30 doações. Entre estas doações realizadas na região do rio Guapiaçu, destacam-se as feitas a família Muros. O gráfico abaixo permite a visualização de como se comportou a distribuição destas terras neste espaço geográfico.

Gráfico 1- Distribuição geográfica das sesmarias distribuídas no vale do Macacu Séculos XVI-XVIII



Fonte: AZEVEDO E ARAÚJO, 1901, pp. 93-153

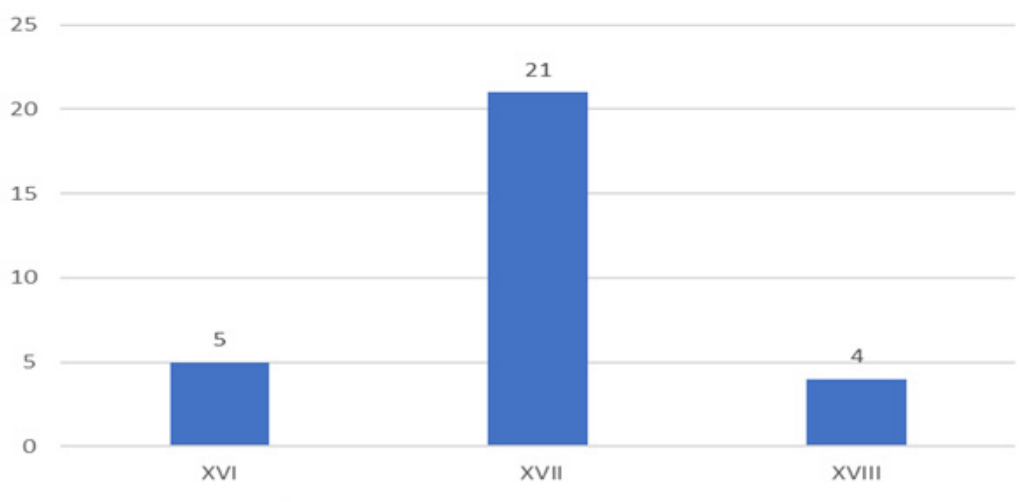
9 Auto de ereção da vila de Santo Antônio de Sá, antiga Macacu. 05 de agosto de 1697.6 p. Cópia. Original no Arquivo Nacional. Notação Final DL 04.017. Notação Original DL 4.74. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, Rio de Janeiro. Ver também: Auto de Ereção da Vila de Santo Antônio de Sá. Registro de Ordens Régias - Códice 78. Vol. 12 – p. 132v -134v - Arquivo Nacional - Rio de Janeiro – Brasil. A organização territorial da Vila e outras medidas administrativas encontram-se na CARTA DE DILIGÊNCIA de d. Pedro II, rei de Portugal, criando a vila de Santo Antônio de Sá (Cachoeiras de Macacu). Santo Antônio de Sá, 7 de agosto de 1697. 5p. IEB/USP-COL. ML, 88.2. Sobre esta temática, ver CARDOSO, V. M., 2014, pp. 1-20.

10 Auto de ereção da vila de Santo Antônio de Sá, antiga Macacu. 05 de agosto de 1697.6 p. Cópia. Original no Arquivo Nacional. Notação Final DL 04.017. Notação Original DL 4.74. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, Rio de Janeiro. Ver também: Auto de Ereção da Vila de Santo Antônio de Sá. Registro de Ordens Régias - Códice 78. Vol. 12 – p. 132v -134v - Arquivo Nacional - Rio de Janeiro – Brasil.

Diminuindo o foco de observação e tentando entender a estrutura fundiária da região onde a família Muros se estabeleceu prioritariamente, buscou-se analisar o processo de ocupação, povoamento e exploração econômica da região conhecida como Guapiaçu, ocorrido posteriormente ao do vale do Rio Macacu. De acordo com os registros coletados por Monsenhor Pizarro, a primeira sesmaria doada em uma região intitulada como Guapiaçu foi para Alexandre Dias, em 4 de junho de 1570. Todavia, as próximas somente ocorreriam vinte anos depois, ou seja, somente a partir de 1590 foi que novos sesmeiros puderam ocupar a localidade. Se no século XVI foram distribuídas apenas cinco sesmarias, observa-se que na centúria seguinte houve uma grande doação de terras, evidenciando, quem sabe, um avanço rumo às novas conquistas. Vinte e uma sesmarias foram doadas neste momento e apenas quatro no século XVIII, sinalizando para o fato de que as terras nessa região já estavam ocupadas. Percebe-se neste momento, uma inflexão das doações rumo a Inhomirim, região que à época, fazia parte da vila de Magé.

Pelo gráfico abaixo, pode-se perceber o contínuo processo de distribuição de terras na região do Guapiaçu ao longo dos séculos XVI ao XVIII. Todavia, o gráfico seguinte permite compreender que a grande concentração nas distribuições se encontra no século XVII, momento em que o Rio de Janeiro fez sua “Guinada Atlântica”, segundo Maurício de Abreu (2010, pp. 17-76 vol. 2).

Gráfico 2 - Sesmarias distribuídas na região do rio Guapiaçu, séculos XVI- XVIII



Fonte: AZEVEDO E ARAÚJO, 1901, pp. 93-153

De acordo com Abreu (2010, pp. 17-76, vol. 2) e Sampaio (2003, p. 141), o Rio de Janeiro, na segunda metade do século XVII já estava integrado ao Atlântico e ao comércio ali praticado. Além disso, as capitanias vizinhas “a ela se subordinavam comercialmente” (SAMPAIO, 2003, p. 141). O porto do Rio de Janeiro começava a se tornar um dos mais importantes no mundo luso americano e a produção de alimentos ao lado da cana-de-açúcar mantinham a economia da capitania. O Rio de Janeiro se consolidava como local estratégico para o império português na América. Apesar de tudo isso, a partir de 1640, os preços da cana-de-açúcar caíram bastante no mercado internacional, provocando algumas

“quebras” para parte da elite fluminense. Antonio de Muros foi um dos que não conseguiram escapar dos problemas financeiros.

A família Muros

A família Muros, bem como os relacionamentos sociais estabelecidos por ela com diferentes membros da sociedade localizados em Guapiaçu, em outras regiões da capitania e mesmo fora dela permite conhecer um pouco mais sobre o recôncavo da capitania do Rio de Janeiro durante o século XVII. Esta família teve importância significativa como uma das muitas que, ao adquirirem sesmarias na região, transformaram seus membros em “homens bons” com cadeiras na câmara local, participando ativamente da vida política e econômica da região e da capitania. Pelo acompanhamento de alguns de seus membros é possível também identificar padrões econômicos e sociais nas relações que esta elite estabelecia entre si - por meio de matrimônios - e com a monarquia ou com seus representantes. Além disso, a história desta família tem ligação direta com a entrada dos religiosos carmelitas na região do Guapiaçu e a ereção da fazenda do Carmo.

Segundo Rheingantz (1965, tomo II, pp. 652-654), a família Muros se estabeleceu na capitania do Rio de Janeiro nos primeiros anos após a fundação da cidade do Rio de Janeiro. Todavia, pouco se sabe sobre eles neste período. As primeiras e mais consistentes informações começam com Domingos de Muros, nascido no Rio de Janeiro em 1568 e casado com Maria Rodrigues. O casal teve dois filhos: Beatriz de Muros, que se casou anos depois com Francisco da Serra, e Gonçalo de Muros, que se tornou capitão e se casou duas vezes. O primeiro matrimônio com Maria Vieira em 1629 e, depois de falecida a primeira esposa, contraiu núpcias com Dona Catarina em 1650.

Do primeiro casamento, o capitão Gonçalo de Muros teve sete filhos, a saber: Antonio de Muros, Gonçalo de Muros, Maria de Muros, Francisco de Muros, Valéria de Muros, Domingos de Muros e Simoa Vieira. Além destes, teve uma filha fora do casamento chamada Isabel Rodrigues. De seu segundo casamento só teve um filho, José Paes de Muros (REINGANTZ, 1965, tomo II, pp. 652-654), que foi eleito sargento-mor no dia seguinte à criação da vila de Santo Antonio de Sá em 5 de agosto de 1697, demonstrando a importância política da família Muros na região. No dia da criação da Vila, estiveram presentes José Paes de Muros, Antônio de Muros e Gonçalo de Muros, sendo todos signatários no documento juntamente com Antônio Paes Sardinha, Braz Sardinha, Estevão Gomes Sardinha e Francisco Pais Sardinha, família a qual os Muros teriam variadas ligações econômicas e matrimoniais (FORTE, 1937, p. 42).

A história desta família está ligada diretamente ao processo de ocupação da região de Guapiaçu e com as disputas locais por poder e terras. A fim de conhecer melhor tanto a estrutura fundiária da região no século XVII, bem como as redes sociais estabelecidas pelas grandes famílias, buscou-se identificar qualquer tipo de documento que fizesse menção aos Muros. Por meio deles, percebeu-se que as relações estabelecidas entre seus membros e

outras famílias se deram por meio de casamentos, trocas/vendas de terras e de empréstimos financeiros.

No dia 14 de outubro de 1662, o capitão Gonçalo de Muros e um de seus filhos, Domingos de Muros receberam carta de sesmaria de umas terras descritas como situadas, segundo a fonte, no Alto do Macacu. Neste mesmo dia, o capitão e outras pessoas não identificadas por Azevedo e Araújo, receberam outras terras, situadas no Rio Tapirethy, área conhecida hoje como Itaperiti, no Guapiaçu (AZEVEDO E ARAÚJO, 1901, pp. 93-153).

Em 1674, outro de seus filhos, o capitão Antonio de Muros, comprou as terras de Antonio Rodrigues Gois e de sua mulher Maria da Cunha, no Rio Guapiaçu com 500 braças de testada e com uma légua de sertão. O casal havia comprado as terras de Antonio Cubas e sua mulher Paula de Aguiar em 14 de abril de 1623 com 1000 braças de testada, mas anos depois a dividiu com João Gomes Sardinha. Portanto, Antonio de Muros comprou a metade das terras que pertenciam ao casal e pagou por elas a quantia de cento e dezesseis mil réis e tornou-se vizinho da família Sardinha.¹¹

Quatro anos depois, Antonio de Muros tomou posse de duas sesmarias doadas pela Coroa. Cada uma possuía uma légua de testada com outra de sertão e comprou outras duas, ambas no Rio Guapiaçu. Uma das terras compradas era de Igenes Henriques, viúva do licenciado Francisco Alvares Gois e a outra era de Manuel Alexandre Rebelo, ambas com uma légua de testada com outra de sertão. No dia seguinte, 11 de novembro de 1678, Muros e a autoridade competente que delimitava as terras subiram cerca de uma légua rio acima e chegaram a um porto onde Muros já possuía uma fazenda com também uma légua de testada com outra de sertão, com plantações de bananas, limas, feijões, fumos, carazais e com muitas madeiras para fazer tábuas. A terra comprada de Igenes Henriques era contínua a esta sua propriedade. Foram testemunhas do processo de legalização e efetivação da posse destas terras, Brás Sardinha, Romão Barreto e Isidoro Gomes.¹²

Em 23 de dezembro de 1679, o capitão Antonio de Muros comprou as terras do coronel Ignacio de Oliveira Vargas e de sua mulher, Maria de Abreu Rangel. O casal vendeu seiscentas braças que possuía entre o rio Macacu e o Guapimirim. As terras ficavam do lado esquerdo do rio Macacu e haviam sido do pai do coronel, Francisco de Oliveira Vargas, que por sua vez, as comprara do colégio jesuítico do Rio de Janeiro por meio de seu reitor, o padre Antonio Forte, em 25 de janeiro de 1659. Antonio de Muros pagaria por esta transação sessenta e quatro mil réis, em 30 caixas de açúcar valendo duas patacas cada uma até a totalização do valor que deveria ser entregue ao casal vendedor.¹³

A fim de compreender melhor a quantidade de terras possuídas por Antonio de Muros e o que elas significavam em termos espaciais, foi elaborado o quadro abaixo.

¹¹ BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Livro de tombo dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora do Carmo, p. 369 *In.*: Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, vol. LVII, 1935.

¹² BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Livro de tombo dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora do Carmo, p. 371-374.

¹³ ABREU, Mauricio de Almeida. Banco de dados da estrutura fundiária do Recôncavo da Guanabara, 1635-1770. Disponível em <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>.

Quadro 2- Terras adquiridas por Antonio de Muros, 1674-1679

Terras de Antonio de Muros								
ANO	AQUISIÇÃO	TESTADA (braças)	TESTADA (metros)	SERTÃO (braças)	SERTÃO (metros)	Área (m ²)	Área (km ²)	Braças em Metros
1674	Terras compradas a Antonio Rodrigues Gois e de sua mulher Maria da Cunha, no Rio Guapiaguá	500	1.100	3.000	6.600	7.260.000	7,26	
1678	Posse de 1 sesmaria doada pela coroa.	3.000	6.600	3.000	6.600	43.560.000	43,56	
1678	Posse de 1 sesmarias doada pela coroa.	3.000	6.600	3.000	6.600	43.560.000	43,56	
1678	Compra a Ighes Henriques, viúva do licenciado Francisco Alvares Gois.	3.000	6.600	3.000	6.600	43.560.000	43,56	
1678	Compra a Manuel Alexandre Rebelo.	3.000	6.600	3.000	6.600	43.560.000	43,56	
1679	Compra ao coronel Ignacio de Oliveira Vargas e sua mulher, Maria de Abreu Rangel.							600 braças (1.320 m)
??	Terra que ele já possuía	3.000	6.600	3.000	6.600	43.560.000	43,56	
		15.500	34.100	18.000	39.600	225.006.000	225,06	1.320

Fontes: BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Livro de tomo dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora do Carmo, p. 371-374; ABREU, Mauricio de Almeida. Banco de dados da estrutura fundiária do Recôncavo da Guanabara, 1635-1770. Disponível em <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>.

Parece que Antonio de Muros tinha uma estratégia que passava claramente pela posse e concentração de terras em seu poder. Todavia, ele não estava sozinho nesta tática. Segundo os dados identificados por Sampaio, “no século XVII o investimento em bens agrários é absoluta prioridade da sociedade fluminense” (SAMPAIO, 2003, p. 73).

O que Antonio de Muros não esperava e provavelmente, nenhum produtor de cana-de-açúcar, era que depois de várias décadas mantendo condições favoráveis no mercado, o preço desse produto caísse a partir de meados de 1640, provocando crises isoladas e coletivas, com maior ou menor intensidade e duração.¹⁴

Com exceção de uma parcela de terras que Antonio de Muros “já possuía” e que não foi possível identificar desde quando, todas as demais foram obtidas a partir de 1674, momento em que parte da historiografia afirma já ter passado a fase de crise na capitania.

Os autores que se debruçaram sobre esta crise divergem quanto a sua extensão no tempo e aos setores afetados por ela. Grosso modo, há dois grandes grupos: um que percebe a crise como sendo geral e ligada diretamente à crise europeia do século XVII. Como os preços do açúcar caíram na Europa, puxaram os preços na América lusa para baixo, fazendo com que produtores se endividassem e alguns perdessem suas terras para comerciantes. A crise teria durado por todo o século e atingido parte do seguinte (PRADO JUNIOR, 1963; CASTRO, 1976; NOVAES, 1989; FERLINI, 1988). Já o outro grupo de historiadores, mais ligado às pesquisas sobre mercado interno e relações sociais, indica que devido ao fato da economia colonial ter seu próprio ritmo de crescimento, ela soube se proteger dos problemas enfrentados no exterior e, inclusive, aumentou a produção de açúcar na década

¹⁴ Os principais motivos para esta “crise” foram a restauração portuguesa e a conseqüente guerra entre Portugal e Espanha, problemas com o comércio entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, a invasão de Angola pelos holandeses e o fechamento do tráfico negreiro para a América lusa até 1648 e a concorrência do açúcar produzido nas Antilhas após 1650, com a saída dos holandeses de Pernambuco.

de 1670. A crise teria se dado em um período determinado (de 1650 a 1670) e não teria atingido a todos os segmentos, uma vez que o capital dos mercadores teria auxiliado os senhores de engenho endividados, conseguindo em troca, ao se casarem com membros da elite, ascender socialmente (FLORENTINO, 1997; FRAGOSO, 1992; SAMPAIO, 2003).

De qualquer forma, é possível encontrar na documentação deste período, os moradores da cidade pedindo ajuda por causa de problemas econômicos que viviam. Em uma carta datada de 10 de março de 1666, enviada pelos oficiais da Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro ao Conselho Ultramarino, os vereadores solicitaram o alargamento do prazo para que fossem pagos tributos referentes ao donativo da rainha da Inglaterra, no valor de “vinte e seis mil cruzados a cada um ano” e a paz de Holanda. Segundo esses oficiais, já numa vereança anterior, em 1665, a situação se encontrava difícil para atendimento à obrigação do tributo, e que agora, em outra vereança, o rei “verificou nas grandes secas de mais de dois anos, nas notáveis perdas de escravos, mortandade de gado, diminuições no negócio e nos cabedais...” Também alegavam que

Agora com as mesmas e maiores causas, os oficiais que neste Senado servimos a V. Majestade no presente ano de 1666, prostrados a seus reais pés tornamos a pedir a V. Majestade, a mesma diminuição de a metade do donativo, havendo por repetidas as razões que impedem as boas vontades desses pobres Moradores e Leais vassalos seus a contribuir (...) que não só é dificultosa, mas totalmente impossível a cobrança deste donativo nos dois anos seguintes.¹⁵

Buscando mostrar a extensão da crise, acrescentaram:

Sobre as calamidades que a V. majestade se tem relatado, as extraordinárias que esta cidade fica padecendo, como padeceram as Praças da Bahia e Pernambuco, com a mortandade de muitas mil Pessoas no pestilencial contágio das bexigas, enfermidade que ao parecer mais por castigo do céu do que naturalmente sucedida foi sempre mortífera a este Estado e peste reputada dele: da qual nesta cidade depois que começou até o presente morreu e vai morrendo além da gente branca considerável multidão de Escravos; com cuja falta vão ficando os moradores tão perdidos e impossibilitados, que não podem acudir às necessidades de suas casas e famílias, quanto mais concorrer com o donativo.¹⁶

Uma outra carta sobre o mesmo assunto foi escrita pelo Ouvidor Manoel Dias Raposo dois dias após a dos oficiais da Câmara, em 12 de março de 1666. Fez ele também súplicas para que o tributo fosse aliviado aos moradores, comentando que nos dois anos anteriores, ou seja, 1664 e 1665, “foram bem calamitosos em razão das secas, este de 1666, deu a peste das bexigas nos negros, dos quais é morta grande quantidade deles.”¹⁷ E prosseguiu comentando sobre os mesmos problemas relatados na carta da Câmara.

A situação estava complicada para os moradores do Rio de Janeiro e, em 1670, o rei enviou uma provisão régia para Angola relatando que, informado pelo procurador da

¹⁵ Carta dos oficiais da Câmara da cidade do Rio de Janeiro ai rei D. Afonso VI sobre os males da seca e a mortandade das bexigas, ocasionando más safras de açúcares e pobreza dos moradores, pelo que solicitam o alargamento do prazo para pagamento do donativo da rainha de Inglaterra e paz de Holanda que os moradores desta praça devem pagar. Rio de Janeiro, 10 de março de 1666. AHU – Rio de Janeiro, cx. 4, doc. 37. AHU_ACL_CU, 017, cx.4. D. 362

¹⁶ Carta dos oficiais da Câmara da cidade do Rio de Janeiro ai rei D. Afonso VI sobre os males da seca e a mortandade das bexigas, ocasionando más safras de açúcares e pobreza dos moradores, pelo que solicitam o alargamento do prazo para pagamento do donativo da rainha de Inglaterra e paz de Holanda que os moradores desta praça devem pagar. Rio de Janeiro, 10 de março de 1666. AHU – Rio de Janeiro, cx. 4, doc. 37. AHU_ACL_CU, 017, cx.4. D. 362

¹⁷ Carta do ouvidor-geral do Rio de Janeiro, Manuel Dias Raposo, ao rei D. Afonso VI sobre os males da seca e a mortandade das bexigas, ocasionando más safras de açúcares e pobreza dos moradores, pelo que solicitam o alargamento do prazo para pagamento do donativo da rainha de Inglaterra e paz de Holanda que os moradores desta praça devem pagar. Rio de Janeiro, 12 de março de 1666. AHU – Rio de Janeiro, cx. 4, doc. 37. AHU_ACL_CU, 017, cx.4. D. 363

Câmara do Rio de Janeiro acerca do grande número de escravos mortos “que houve com as bexigas que deram naquela cidade haverá quatro anos” e também porque as embarcações que saíam de Angola com escravos iam diretamente para Pernambuco e para a Bahia por serem mais rápidas as viagens, determinou que fosse respeitado o contrato do “Reino de Angola”. Ou seja, que as embarcações deveriam sair do porto de Angola tão logo estivessem prontas e que não se deveria escolher o destino. O rei declarava ainda, que estava passando essa ordem em favor dos moradores do Rio de Janeiro, que se queixavam da demora em chegar as embarcações de Angola e isso resultava em “desfabricaram-se os engenhos por falta de escravos, tudo em prejuízo de minhas rendas reais” (BRASIO, 1983, vol. 13, pp. 124-125, doc. 54).

De qualquer forma, parece que Antonio de Muros acreditou que o pior já havia passado quando a partir de 1674 começou a comprar ou solicitar mais terras. Todavia, alguma coisa não saiu como o esperado. Tentando encontrar uma solução para seus problemas financeiros em 1682, solicitou um empréstimo ao juizado de órfãos do Rio de Janeiro no valor de cento e sessenta e um mil quinhentos e noventa e oito réis. Nesse documento, ele se apresentou como lavrador, com casas e terras e seu fiador foi Diogo Pereira, identificado como senhor de engenho (ABREU, 2010, vol.2, p. 172). Segundo Antônio Carlos Jucá de Sampaio, o juizado de órfãos era, ao longo de toda a segunda metade do século XVII, o principal órgão credor da cidade. Utilizando os dados de João Fragoso, indicou que entre 1650 e 1700, esta “instituição respondeu por praticamente um terço de todos os recursos emprestados (32,91%), e esteve presente em praticamente um quarto de todas as escrituras de empréstimos” (SAMPAIO, 2003, p. 193).

197

A situação não melhorou com este empréstimo e, em 1689, o casal Antonio de Muros e Joana Gomes vendeu para José de Souza Barros as terras que havia comprado em 1679 de Ignacio de Oliveira Vargas e de sua mulher Maria de Abreu Rangel. O curioso desta transação é que não há valor de venda das terras e nem de um chão que o casal também passou para Barros na rua Detrás do Carmo, na cidade do Rio de Janeiro.¹⁸ A falta de valor nestas duas transações, somadas ao fato de que Barros se dedicava, dentre outras atividades, a emprestar dinheiros a juros, nos permite pensar na possibilidade de Antonio de Muros estar saldando alguma dívida contraída com ele. Os dois voltarão a se cruzar na vida financeira de Muros alguns anos depois.

A relação econômica entre Antonio de Muros e José de Souza Barros, provavelmente foi igual à de muitos moradores da cidade do Rio de Janeiro e de seu entorno. José de Souza Barros era, segundo José Maurício de Abreu (2010, vol. 2, p. 125-126), um homem de negócios. Entretanto, também possuía propriedades agrárias e alguns partidos de cana, demonstrando que, na maior parte das vezes, não se conseguia separar as atividades agrárias das mercantis entre membros da sociedade colonial. Foi tesoureiro da bula da Santa Cruzada do bispado do Rio de Janeiro, e emprestava dinheiro a juros de 6,25% anuais aos senhores de engenho. Na virada do século, tornou-se um dos maiores credores da cidade, emprestando valores bastante

¹⁸ ABREU, Mauricio de Almeida. Banco de dados da estrutura fundiária do Recôncavo da Guanabara, 1635-1770; COARACY, 1965, p. 52). Esta rua era segundo Vivaldo Coaracy, a que ficava atrás da igreja do Carmo e que até os dias de hoje se chama rua do Carmo. No testamento de José de Souza Barros não constam nem o chão e nem a terra adquirida neste momento. Provavelmente, ele as vendeu anteriormente.

altos. Abreu demonstra, por meio de um quadro, os empréstimos que José de Souza Barros concedeu a pessoas entre os anos de 1689 e 1719. Nele, constam senhores de engenhos, juízes da alfândega, e outros sem indicação de ocupação (ABREU, 2010, vol. 2, pp. 125-127).

Sampaio explica a importância do crédito nesta sociedade eminentemente agrária. Segundo seus dados, a economia agrária mantinha “um descompasso entre o ciclo agrícola, de caráter anual, e as necessidades quase diárias de insumos e alimentos para as unidades produtivas” (SAMPAIO, 2017, p. 123). Isso sem contar com a necessidade de comprar mão de obra escrava para repor as perdas. Assim, os senhores de engenho, lavradores ou mesmo pequenos posseiros precisavam recorrer aos comerciantes, que eram os que detinham capital, para obterem adiantamentos e, em troca, ofereciam suas safras futuras e pagamentos escalonados a base de juros estabelecidos. Todas estas atividades geravam um endividamento entre os produtores ligados a agricultura e os comerciantes, mas o sistema de crédito era algo disponível para todas as categorias sociais, inclusive, aos escravos, que algumas vezes se valeram dele para comprarem suas alforrias (SAMPAIO, 2017, p. 123-124).

Entretanto, a situação piorou para Antonio de Muros.¹⁹ O grande conquistador, em julho de 1703, vendeu todas as terras, benfeitorias e sete escravos aos padres da ordem do Carmo como forma de pagamento de dívidas. A transação ocorreu no convento do Carmo na cidade do Rio de Janeiro e merece ser detalhada devido à riqueza de informações. Estavam presentes o tabelião Manuel Alvares do Couto, Antonio de Muros, os padres carmelitas, José de Sousa Barros, João Alvares de Sousa e o capitão Marcos da Costa Fonseca, todos moradores da cidade do Rio de Janeiro. Numa sala do convento, Muros vendeu as seis propriedades que possuía no Guapiaçu e os sete escravos para os padres por dois contos, setecentos e quarenta e três mil réis e o dinheiro seria utilizado para saldar suas dívidas. José de Sousa Barros recebeu um conto, novecentos e trinta e um mil réis porque havia ganhado dias antes uma sentença de cobrança; João Alvares de Sousa recebeu oitocentos mil réis e se comprometeu a pagar no ano seguinte os juros de um empréstimo que havia feito com José de Sousa Barros.²⁰ O capitão Marcos da Costa Fonseca recebeu um conto, cento e trinta e um mil réis e da mesma forma que o anterior, deveria no ano seguinte pagar juros a José de Sousa Barros e este, depois de distribuído o dinheiro, deu quitação aos padres e ao capitão Antonio de Muros do principal da dívida, dos juros, das custas e dos serviços dos escravos.

A distribuição de dinheiro para saldar a dívida de Muros, contudo, ainda não havia terminado. Os padres afirmaram que pagariam por esta dívida, ao frei Antonio do Santo Elias, religioso do próprio convento, a soma de duzentos e setenta mil e noventa réis de principal e de juros já vencidos e que entregariam aos órfãos de Domingos Teixeira, a quantia de cento e três mil réis de principal e de juros; Antonio Pimentel receberia noventa e seis mil e quatrocentos réis; Lourenço de Sousa Flores, trinta e dois mil e quinhentos réis. Depois, os religiosos do Carmo começaram a identificar os que receberiam valores por causa dos empenhos de escravos que Muros havia feito. O sargento mor José Pais de Muros, irmão

¹⁹ BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Livro de tomo dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora do Carmo, p. 394.

²⁰ Em 1708, Domingos Francisco de Oliveira, testamenteiro do sogro João Álvares de Souza, contraía um novo empréstimo com José de Souza Barros no valor de 800\$000; Em 1714 era o senhor de engenho Marcos da Costa Fonseca (Castelo Branco) que recebia o empréstimo de seis contos de réis de José de Souza Barros. Abreu, 127.

do vendedor, receberia por dois escravos (Francisco e sua mulher Brites), cento e sessenta e seis mil réis; Ambrozio Pais, que estava com o moleque crioulo chamado Ventura, receberia oitenta mil réis; Domingos Luis Pouzada que estava com o mulato Augustinho, levaria a soma de cinquenta e quatro mil réis. Havia ainda mais três escravos, mas o documento não diz nem com quem estavam e nem a quantia do empenho. Eram Antonio e sua mulher Cipriana, cariboca e Andreza cariboca, indicando, quem sabe, uma descendência indígena.²¹

Muros afirmou para o tabelião e todos concordaram que, depois de pagas as suas dívidas pelos padres, os escravos deveriam ser entregues ao Convento do Carmo. O capitão endividado agradeceu a ajuda dada pelos padres salientando que, em caso de sequestro de seus bens para saldar as dívidas que havia contraído, perderia muito dinheiro. Como agradecimento, doou ao convento do Carmo, depois de sua morte nove escravos: André, Simão, Manoel, Matheus, Mariana, Ana mulata, Antonia, Esperança, Ignacio crioulinho, filho de Catoni e reservou para si e para seu enterro, Brás mulato, Felipe crioulo de Guiné e Ignacio, seu irmão. Como não tinha herdeiros,²² deixava tudo aos padres. Inclusive, uma terra que possuía na mesma região com mil braças de testada com uma légua de sertão onde ele morava e que havia comprado de Matheus de Freitas. Os padres finalizaram o documento afirmando que compraram as terras e escravos com dinheiro que lhes deu Domingos Vaz (Pereira) por uma missa diária por sua alma e a da sua mulher. Os padres haviam colocado o dinheiro a juros enquanto não compravam alguma propriedade e naquele momento, aproveitaram a oportunidade que Antonio de Muros lhes oferecia.

Parece que este foi o momento que os religiosos do Carmo entraram na região. Em 1714, a ordem do Carmo saía vitoriosa de uma disputa judicial que travava contra o sargento mor Manoel de Pinho, acusado de ter invadido as terras no sítio de Guapiaçu.²³ Em 1724 ganharam outra sentença judicial. Desta vez contra o licenciado Sebastião Dias da Silva e Caldas²⁴ e Domingos de Brito Sousa (ou Sá). O que estava em disputa eram as terras que os padres haviam comprado de Antonio de Muros e que os réus alegavam estar devolutas.²⁵ Os padres conseguiram comprovar que não estavam e ainda foram recompensados financeiramente pelos “invasores” nos dois casos.

Relações sociais

Giovani Levi em seu livro “A herança imaterial”, apontou alguns caminhos possíveis para a identificação das redes de relacionamentos estabelecidas por personagens e, principalmente, por famílias, na documentação histórica (LEVI, 2000). Entretanto, ao

²¹ BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Livro de tombo dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora do Carmo, p. 320.

²² Seu filho, Gonçalo de Muros havia falecido antes de 1666 e sua filha, Ana Pais de Muros, casada com Antonio Pais Sardinha, já deveria estar morta na época desta transação (RHEINGANTZ, 1965, tomo II, p. 652.

²³ BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Livro de tombo dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora do Carmo, p.320

²⁴ Este havia recebido terras em sesmarias no Rio Guapiaçu no ano de 1723.

²⁵ BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Livro de tombo dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora do Carmo, p.320

se pesquisar uma família que viveu durante o século XVII na América portuguesa, nós, historiadores contemporâneos, nos deparamos com grandes lacunas documentais. Tentando minimizar um pouco este problema e tentando conhecer um pouco mais sobre a família Muros, buscou-se analisar os registros paroquiais de seus descendentes a fim de entender quais foram as opções feitas no momento de tecer alianças por meio dos matrimônios e escolhas de padrinhos e madrinhas para seus filhos e filhas.

Ao se analisar os casamentos contraídos pelas mulheres da família Muros percebe-se que havia uma clara política matrimonial envolvendo a aproximação com grandes famílias da capitania. Assim, Ana, a filha do capitão Antonio de Muros com Joana Gomes, casou-se em 1656 com Antonio Pais Sardinha, filho do capitão Brás Sardinha²⁶ com Francisca da Costa e passou a se chamar Ana Pais de Muros. Começava aí, a união dos Muros com importante família ligada à agricultura e a política na capitania. Sua tia, Valéria de Muros, anos depois, também se casou com um membro da família Pais Sardinha, o capitão Ambrósio Pais Sardinha (RHEINGANTZ, 1967, TOMO II, P. 652).

A família Pais Sardinha mantinha ligações com a capitania desde as lutas de expulsão dos franceses e seus descendentes receberam terras no Guapiaçu e no Macacu a partir de 1625. Entre este ano e o de 1653, João Gomes Sardinha, o moço, seus filhos e irmãos, receberam oito sesmarias na região.²⁷ Além disso, em 1635, demonstrando a importância da família para a capitania, João Gomes Sardinha foi escolhido como almotacé e, em 1642, como oficial da câmara da cidade do Rio de Janeiro (BELCHIOR, 1965, p. 443).

200

Maria de Muros, outra filha de Antonio de Muros, nascida por volta do ano de 1636 e falecida na cidade do Rio de Janeiro em 20 de setembro de 1672, casou-se em 1656 com Bento da Rocha Gondim, membro de uma importante família na capitania e com ligações econômicas e sociais ramificadas dentro e fora da capitania do Rio de Janeiro (RHEINGANTZ, 1965, tomo II, p. 652).

Uma das primeiras informações sobre a família Gondim diz respeito a João Velho Gondim casado com Beatriz da Rocha Pitta, ambos portugueses, que foram para Pernambuco e de lá seguiram, em algum momento para Salvador, onde tiveram Sebastião da Rocha Pitta, que nasceu em 3 de maio de 1660.

A família Gondim era possuidora de privilégios em Portugal. O irmão de João Velho Gondim, Marcos Velho Gondim, era fidalgo da casa real e cavaleiro da ordem de Cristo.²⁸ A partir deste casal, a família foi se espalhando pelo nordeste da América portuguesa, principalmente entre Bahia e Pernambuco e se envolvendo com a burocracia governamental, com o comércio e com o carregamento de açúcar para a Europa. Domingos Velho Gondim, por exemplo, em 26 de maio de 1662 era comerciante e carregador de açúcar em Salvador.²⁹

²⁶ Brás Sardinha participou da Revolta da Cachaça no Rio de Janeiro em 1660. Foi oficial da câmara em 1636, 1655 e 1657 (ABREU, 2010, vol. 2, p. 200)

²⁷ AZEVEDO E ARAUJO, José Pizarro de Souza. Relação das sesmarias da capitania do Rio de Janeiro extraídas dos livros de sesmarias e registros do cartório do tabelião Antonio Teixeira de carvalho de 1565 a 1796. RIHGB, tomo LXIII, parte 1, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1901, p. 93-153.

²⁸ Geneall. Portal de Genealogia. geneall.net. Disponível em <https://geneall.net/pt/>

²⁹ BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Doc. Históricos, 1930 (20), p. 466. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/documentos-historicos/094536>

Em 24 de novembro de 1657, Bento da Rocha Gondim recebeu do rei uma provisão que protegia sua casa, erigida na cidade há poucos anos, de ser requisitada por qualquer governador, ministro ou general das frotas ou outra autoridade. Enquanto ele e sua família morassem nela, ninguém poderia tomá-la.³⁰ Esta mercê indica a relevância da família Gondim tanto em Portugal quanto no espaço ultramarino.

Outro indício da importância e da influência naquela sociedade, Gondim, arrematou o contrato dos dízimos da alfândega da cidade do Rio de Janeiro entre 1659 e 1662 (ABREU, 2010, vol. 2, p. 54). Em 1673 fez um acordo com o colégio da Companhia de Jesus da cidade do Rio de Janeiro negociando e assumindo para si uma dívida deixada por seu sogro, o capitão Gonçalo de Muros, falecido provavelmente, por volta de 1666. Conseguiu eliminar os juros e abater uma parcela paga pelo falecido diminuindo sensivelmente a dívida e combinando que o restante do pagamento seria realizado em 3 anos e pagos em açúcares branco e mascavo. O colégio aceitou porque segundo o documento, Gonçalo de Muros não havia deixado muita coisa e suas dívidas eram grandes e os herdeiros pagaram as mais antigas, não sobrando coisa alguma para sanar as demais. Assim, o reitor, o padre Manuel André, achou melhor aceitar o acordo do que arriscar e não receber nada.³¹ Alguns anos depois desta negociação, Gondim faleceu (24 de abril de 1676), deixando sua fortuna ao colégio da cidade do Rio de Janeiro.

Em 1682 o colégio declarava ser possuidor de um partido de cana, em terras que haviam pertencido a Bento da Rocha Gondim, em Muriquipari valendo vinte e cinco mil e novecentos réis (ABREU, 2010, vol. 2, p. 163). Contudo, em 15 de abril deste mesmo ano, o colégio vendeu a Félix Bezerra da Rocha e Baltazar de Amorim Bezerra não o partido, mas todo o engenho de invocação de Nossa Senhora da Conceição e Santo Antonio que havia herdado do Gondim. Segundo o documento, em seu testamento, Gondim havia determinado que os padres ficariam com o engenho, mas que, no prazo de um ano deveriam vendê-lo aos seus dois sobrinhos. Os padres estavam cumprindo com a cláusula e receberam pelo engenho trinta e um mil réis.³²

Infelizmente, ainda não se encontrou o testamento de Gondim, mas o de sua mulher, Maria de Muros, forneceu algumas informações valiosas para a compreensão de sua família. Ela se casou com ele aos vinte anos e ficaram 16 anos juntos, mas não tiveram filhos. Depois de encomendar sua alma e de determinar como queria seu enterro e as suas duas mil missas, passou a tratar sobre os bens materiais. Inicialmente afirmou que caso seu marido ganhasse uma disputa judicial que mantinha contra o juiz dos órfãos, Francisco Telles Barreto, indicaria como sua herdeira sua própria alma e deveriam usar o dinheiro para comprar bens no Reino para sua capela; mas, caso seu marido perdesse a questão, ele se tornaria o herdeiro.³³ A partir deste ponto, começou a dividir a parte da herança que lhe cabia. Ela

30 BN- Doc. Históricos, 1930 (19) p. 467-468. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/documentos-historicos/094536>

31 BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1968, p. 357-361.

32 ABREU, M. Banco de dados da estrutura fundiária do recôncavo da Guanabara (1635-1770). AN, 10N, 55, p. 12

33 De acordo com João Fragoso, o juiz dos órfãos, controlava a arca dos órfãos, uma espécie de cofre onde “era guardado todo o dinheiro, dívidas ativas e rendimentos das fazendas herdadas dos pais falecidos”. (FRAGOSO, 2001, p. 46)

doou para parentes, filhos de amigos e afilhados, 14 escravos e um casal de “peças de Santos”, provavelmente indígenas; dois mil réis a serem doados em caixas de açúcar; 12 caixas de 30 arrobas cada e mais uma caixa de 15 arrobas, seus vestidos, mantos e um chuveiro de aljófar. Em dinheiro deixou apenas seiscentos réis para uma afilhada (junto com três negras) e dez mil réis para José Pereira (assim como uma roupa e um anel) para que pudesse se ordenar.

Pelas suas doações percebe-se claramente alguns aspectos daquela sociedade. Tratava-se de uma mulher importante na região de Macacu e mesmo na cidade do Rio de Janeiro. Ainda assim, apesar de ter deixado como herdeiros de alguns de seus bens, 25 pessoas e ou instituições religiosas, praticamente só o fez em mercadorias (negros escravos, açúcar e roupas). Deixou apenas dez mil e seiscentos réis para dois herdeiros, indicando provavelmente, a falta de moeda circulante na capitania entre os proprietários de engenhos, demonstrando que a riqueza monetária da cidade não estava nas mãos destes. Além disso, esta mulher, dona de escravos, de caixas de açúcar e que declarou querer 2.000 missas, só deixou em jóias um anel e um chuveiro de aljófar. O padrão de riqueza desta sociedade pautava-se claramente pela manutenção de terras e escravos e não pelo acúmulo de moedas, jóias ou bens de consumo cotidianos.

A reconstrução dessa história, tendo por fulcro a região do Guapiaçu, no município de Cachoeiras de Macacu, buscou demonstrar o cotidiano de homens e mulheres que viveram em uma sociedade alicerçada em elementos de Antigo Regime, buscando prestígio social através da aquisição de terras e escravos. Na condição de conquistadores, prestaram serviços à monarquia e obtiveram em troca, mercês e recompensas, como o acesso às vagas na Câmara Municipal e mais terras. A partir dos conquistadores, se construíram redes familiares cuidadosamente urdidas pelos matrimônios, na busca de garantir nas gerações posteriores a melhor qualidade como “nobreza da terra”: uma elite dona de terras, escravos, ou seja, detentora de poder econômico e político. Tudo isso, cimentado com crenças católicas fervorosas.

202

Fontes

ABREU, Mauricio de Almeida. Banco de dados da estrutura fundiária do Recôncavo da Guanabara, 1635-1770. Disponível em <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO – AHU - Carta do ouvidor-geral do Rio de Janeiro, Manuel Dias Raposo, ao rei D. Afonso VI sobre os males da seca e a mortandade das bexigas, ocasionando más safras de açúcares e pobreza dos moradores, pelo que solicitam o alargamento do prazo para pagamento do donativo da rainha de Inglaterra e paz de Holanda que os moradores desta praça devem pagar. Rio de Janeiro, 12 de março de 1666. Rio de Janeiro, cx. 4, doc. 37.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO – AHU - Carta dos oficiais da Câmara da cidade do Rio de Janeiro ai rei D. Afonso VI sobre os males da seca e a mortandade das bexigas, ocasionando más safras de açúcares e pobreza dos moradores, pelo que solicitam

o alargamento do prazo para pagamento do donativo da rainha de Inglaterra e paz de Holanda que os moradores desta praça devem pagar. Rio de Janeiro, 10 de março de 1666. Rio de Janeiro, cx. 4, doc. 37. AHU_ACL_CU, 017, cx.4. D. 362

ARQUIVO NACIONAL - RIO DE JANEIRO . Auto de Ereção da Vila de Santo Antônio de Sá. Registro de Ordens Régias - Códice 78. Vol. 12 – p. 132v -134v.

AZEVEDO E ARAUJO, José Pizarro de Souza. Relação das sesmarias da capitania do Rio de Janeiro extraídas dos livros de sesmarias e registros do cartório do tabelião Antonio Teixeira de Carvalho de 1565 a 1796. RIHGB, tomo LXIII, parte 1, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1901, p. 93-153.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Documentos Históricos, 1930 (20), p. 466. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/documentos-historicos/094536>

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Documentos Históricos, 1930 (19) p. 467-468. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/documentos-historicos/094536>

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. *Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1968

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Livro de tomo dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora do Carmo. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da educação. Vol. 57, ano 1935.

BRASIO, Antonio. Monumenta Missionária Africana. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, MCMLXXXII, vol. 13, pp. 124-125, doc. 54.

FAMILY SEARCH. Registros paroquiais. Disponível em: <https://www.familysearch.org>.

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS – IEB/USP. Carta de diligência de d. Pedro II, rei de Portugal, criando a vila de Santo Antônio de Sá (Cachoeiras de Macacu). Santo Antônio de Sá, 7 de agosto de 1697. 5p. Col. ML, 88.2.

Geneall. Portal de Genealogia. genealnet. Disponível em <https://geneall.net/pt/>

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRASIL. IHGB, Auto de ereção da vila de Santo Antônio de Sá, antiga Macacu. 05 de agosto de 1697.6 p. Cópia. Original no Arquivo Nacional. DL 4.74. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro –Rio de Janeiro.

Ordenações Manuelinas, Livro IV, Título 67, Das Sesmarias. Disponível em: <<http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/l4p164.htm>>

Referências Bibliográficas

ABREU, Mauricio. *Geografia histórica do Rio de Janeiro, 1502-1700*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2010, vol. 2

BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965.

CARDOSO, V. M.. Cachoeiras de Macacu: não criado, desmembrado ou emancipado. A atípica constituição de um município fluminense. *Revista Pesquisa & Educação à Distância*, v. 2, p. 1-20, 2014.

CASTRO, Antônio Barros de. *Escravos e senhores nos engenhos do Brasil: um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores*. Campinas, 1976.

COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século XVII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

FERLINI Vera Lucia do Amaral. *Terra, trabalho e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FORTE, José Matoso Maia. Vilas fluminenses desaparecidas. *Revista Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, tomo XLIV, 1937.

FRAGOSO, João. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, J. E GOUVÊA, M.F. *O Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

LEVI, Giovanni. *A Herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

204

NOVAES, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema colonial, 1777-1808*. São Paulo: Hucitec, 1989.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1963.

RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro, séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1967, tomo II, p. 652-654.

RHEINGANTZ, Comemorativo do 4º Centenário do Rio de Janeiro, Brasil Genealógico. *Revista do Colégio Brasileiro de Genealogia*. Tomo II Nº 3, 1965.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Na bacia das almas: comércio e crédito nos testamentos cariocas setecentistas. In: MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer [et al.]. *Ramificações ultramarinas: sociedades comerciais no âmbito do Atlântico luso, século XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad, 2017, p. 123-124.

SAMPAIO, Antônio Carlos *Juca na encruzilhada do império: e hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro cerca de 1650 C 1750*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI*. Estudos Históricos. Vol. 1, Lisboa, 1965.